



Futuro é para ser planejado



Nos 244 anos de São José dos Campos, acadêmicos e especialistas propõem caminhos para a cidade não sair do rumo em tempos de crescimento econômico

Urbanismo para o futuro

Especialistas cobram melhor definição política sobre os rumos de São José

DANIELA BORGES
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Para entender melhor o significado do termo urbanismo, tão usual quando se pensa no futuro de uma cidade, vamos recorrer ao dicionário. Esta lá: "É o conjunto de medidas técnicas, administrativas, econômicas e sociais que visam o desenvolvimento racional e humano dos municípios." A falta de planejamento de ações envolvidas nesse conceito é o discurso mais recorrente quando se trata de cidades e seus problemas.

O arquiteto e professor Pedro Ribeiro Moreira Neto, especialista em urbanismo e coordenador do curso de Mestrado em Planejamento Urbano, do IP&D/Univap (Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento), lembra que São José não possui um projeto urbanístico como Brasília ou Goiânia, mas viveu uma série de fases que foram dando uma "cara" para a cidade.

O acadêmico evita comparar São José com cidades do mesmo porte, como Ribeirão Preto ou Uberlândia, em virtude da diversidade de critérios comparativos. Moreira Neto prefere confrontar a São José de hoje com aquilo que a cidade poderia ser. "Aí é que tudo se complica", afirma o professor.

Ele concorda com outros acadêmicos que defendem a cidade para seus moradores. Para ele, estamos perdendo terreno para os automóveis. "São José era uma



cidade extremamente agradável por conta da escala humana que detinha. Muitas cidades e até metrópoles ainda buscam essa escala. Veja só a Europa e os casos de Paris, Londres, Berlin, ou de países como a Holanda inteira. São buscas da escala humana e não a da máquina", exemplifica. O professor critica o consumismo exacerbado, que tem como ícone o carro novo como demonstração de status social elevado. "Vem também nesse pacote a casa de condomínio apartada de tudo o que fazia da cidade o lugar do acesso ao coletivo, à convivência, ao urbano", opina.

Futuro. Para pensar na cidade daqui a 20 anos, Moreira Neto

O arquiteto e professor Pedro Ribeiro Moreira Neto, da Univap, no centro de São José: para ele, cidade deve ser "para os moradores"

afirma que a primeira necessidade é discutir integração regional. O professor lembra que na recente licitação para o transporte público sequer foi exigido para os veículos um combustível mais 'limpo' "Ninguém pensa no transporte de massa? São José é pequena para a implantação de um serviço de metro mas a região do Vale do Paraíba não defende Moreira Neto. Para ele, falta entendimento entre os prefeitos da região. "Vivemos há décadas

uma realidade metropolitana que até hoje não foi institucionalizada. É um absurdo pensar uma cidade sem considerar sua interação com a região", desabafa.

Utopia. Em um exercício imaginativo, quase onírico, da São José do futuro, o professor Moreira Neto conjectura a cidade e a região em um tipo de ocupação mais racional, menos concentrada, mais saudável em todos os aspectos. "Vale pensar no metrô regional", repete. O professor sonha com muito mais. Ele prospecta também que as novas construções sejam feitas a partir de novos materiais, talvez reciclados, no lugar da areia das várzeas.

"Olhe que temos institutos de pesquisa e empresas que podem viabilizar tais 'sonhos'", conclui Moreira Neto. 11

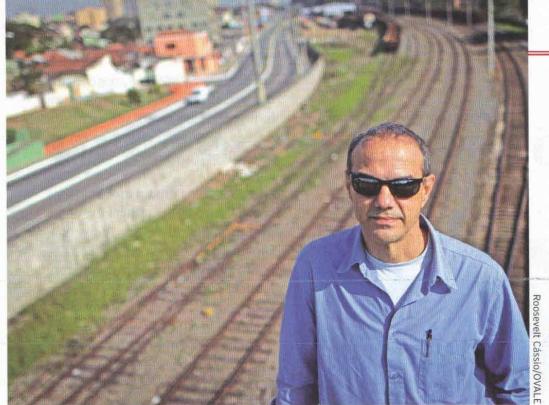
Não devemos aceitar que as ações públicas sempre acentuem desigualdades e atendam às demandas dos mais poderosos. Essa é a questão que devemos enfrentar em primeiro lugar"

Julia Cossermelli de Andrade, geógrafa

Estrutura. Para que a cidade tenha um projeto urbanístico bem resolvido, é preciso, segundo o arquiteto Flávio Brant Mourão, professor de arquitetura e urbanismo da Unitau (Universidade de Taubaté), que alguns fatores sejam atendidos para tornar harmônica e equilibrada a dinâmica das suas

atividades. "Seja residencial, comercial, de serviços, lazer ou industrial. Para tanto, sua estrutura de transportes e serviços devem ser da melhor qualidade e de grande abrangência". O professor cita como modelos urbanísticos cidades como Curitiba e algumas do norte da Europa, situadas na Alemanha, Dinamarca, Holanda e Suécia.

Em termos de espaço urbano, Mourão acredita que falta uma política contundente de transporte coletivo, de educação, saúde e lazer. "É necessário muito mais do tem sido feito. Precisamos de menos vias de automóveis e mais corredores de transporte e trens metropolitanos, temos que pensar em uma escala maior e parar com os arremedos viários que só fazem deslocar o ponto de congestionamento de um canto para outro", aponta.



O professor da Unitau, Flávio Mourão: ele defende até o uso de trem metropolitano para melhorar o sistema de transporte para São José no futuro

Por outro lado, na questão do uso e ocupação do solo, ele julga que as medidas recentes ajudaram a frear o problema, mas a dose foi excessiva e precisa ser melhor calibrada. Para Flávio Mourão, hoje a região que mais precisa de atenção é a zona leste que contou com um crescimento grande e um espalhamento sem, segundo ele, a devida estrutura.

Planejamento. Os municípios não crescem do dia para a noite. Mesmo que as mudanças urbanas sejam, de fato, cada vez mais velozes, não são instantâneas. Para a geógrafa Julia Cossermelli de Andrade, de Campinas, mestre em Geografia Urbana pela USP, doutora pela Université de Paris 1 Panthéon Sorbonne e pós-doutora pelo CEM/Cebrap (Centro de Estudos da Metrópole), imaginar que os técnicos que trabalham nos órgãos de planejamento e gestão urbana das prefeituras não se dêem conta desse crescimento é, no mínimo, assustador.

"A meu ver, o que se fala sobre falta de planejamento serve apenas para acobertar um problema maior e bem mais complexo", ressalta a especialista.

Para ela, no Brasil não faltam planos, muito pelo contrário. "Na história do planejamento urbano temos muito e muitos planos desenhados e, muitas vezes, esquecidos nas gavetas", aponta. Compreender o que ocorre é o primeiro passo para entender a origem dos problemas urbanos.

De acordo com a geógrafa, para começar essa discussão é perceber urgentemente preciso que o planejamento não é um puramente técnico. desafio Planejamento urbano, segundo ela, é essencialmente político. "Não estou falando de política partidária, que explica que quando se muda de gestão o novo prefeito desautoriza obras iniciadas pelo seu antecessor, estou falando de política de maneira mais complexa. São escolhas. Essa é para mim a questão central."

Para exemplificar o que a especialista está falando, vamos imaginar uma área no centro da cidade que tenha edifícios vazios e

espaços ociosos. "É de se esperar que um bom prefeito possa construir um plano capaz de reverter esse desperdício", cita Julia. Afinal foram anos de investimento público que fizeram desta área um local com rede de esgotos e outras infraestruturas urbanas.

Mas a escolha do que fazer é uma questão política. "O prefeito poderá julgar que em seu município existe um déficit habitacional alto, que a população mais pobre vive muito distante dos postos de trabalho e que ele tem poucos recursos para investir em construção de creches, escolas e hospitais na região onde há essa expansão urbana", relata a geógrafa. Logo, o poder público poderá construir um plano urbano que transforme essa área central que está abandonada em um território capaz de acolher essa demanda. "Sobretudo porque nessa região já estão hospitais, escolas e creches que a população tanto precisa. E, muitas vezes, a proximidade dos postos de trabalho evitaria o caos dos transportes públicos e, quem sabe, o trabalhador poderia se deslocar a pé para seu trabalho", completa. Caso o prefeito decida-se por outro caminho, aquele mais usual entre os políticos, o resultado seria mais problemático. Ela se refere a áreas ociosas "esquecidas" pelo poder público, que se transformariam em locais potenciais para invasões.

Interesses. A geógrafa explica que o conceito de planejamento reforma e melhorias urbanas esta intimamente ligado à ideia de valorização imobiliária e fundiária "É certo que sempre quando o poder público age há uma valorização de lugar", pontua. "Contudo essa não deveria ser a finalidade da lógica do poder público se ele só estive comprometido em investir para gerar valorização imobiliária". ■